

Ministro anuncia missão especial contra o crime

Grupo contará com 50 agentes e 5 delegados da PF, além de procuradores

Brasília - A Polícia Federal começa, nesta segunda-feira, uma grande operação com duração de 90 dias, para combater o crime organizado no Espírito Santo. A devassa, a primeira a ser realizada efetivamente no Estado, contará com 50 agentes, cinco delegados e dois peritos criminais, a maioria do Comando de Operações Táticas (COT), a unidade de elite da PF, e poderá refletir como uma intervenção branca da União sobre o Estado.

O Ministério Público Federal também enviará à Vitória o mesmo grupo de procuradores que trabalharam no Acre, no episódio do ex-deputado Hildebrando Pascoal.

É essa a primeira medida adotada pelo grupo de trabalho, constituído na última quinta-feira, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para combater a criminalidade no Estado, e a resposta do Governo federal aos deputados da Comissão de Direitos Humanos da Câmara que defendiam a intervenção no Espírito Santo.

Os próprios parlamentares, acompanhados de representantes de organizações não-governamentais (ONGs) entregaram as propostas de medidas ao secretário nacional de Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro, numa reunião nervosa ocorrida ontem pela manhã.

Após o encontro, o grupo se reuniu com o ministro da Justiça, Paulo Tarso Ribeiro, que anunciou um pequeno pacote de medidas para acabar com o crime organizado no Estado. Segundo ele, o pessoal da PF atuará em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal,



Reunião

O ministro da Justiça, Paulo Tarso Ribeiro (ao fundo), anunciou um pacote de medidas para acabar com o crime organizado no Estado

Gabinete Institucional da Presidência, Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e Banco Central.

As polícias civil e militar, suspeitas de sofrerem infiltração do crime organizado, ficarão fora do esquema. O custo de três meses de atividade extra da Polícia Federal no Estado está avaliado em R\$1,5 milhões. O ministro afirma que o Tesouro já recebeu ordens de repassar os recursos.

Na segunda-feira, o ministério receberá a lista de pessoas que cooperaram com as investigações e que serão incluídas no Programa de Proteção às Testemunhas. O representante do Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH), Romeu Klich, informa que consta da relação juizes, promotores e membros do Poder Legislativo e Executivo. Será feita varredura nos telefones das pessoas que receberam ameaças para descobrir de onde partiram as ligações.

De acordo com o ministro, será criada uma delegacia especializada da PF em São Mateus para auxiliar a que já funciona em Cachoeiro do Itapemirim.

A procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Raquel Dodge, acredita que será possível reverter a situação de impunidade no Estado atraindo para a Justiça Federal os julgamentos de crimes

relacionados à violação dos Direitos Humanos.

Outra saída, segundo o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, deputado Orlando Fantazzini (PT-SP), seria transformar em medida provisória o projeto de lei de sua autoria, que transfere para a área federal os casos denunciados a organismos internacionais. (AE)



Medidas

Confira as medidas que foram definidas ontem pela comissão especial encarregada de estudar ações contra o crime organizado no Espírito Santo:

1 - Proteger autoridades e testemunhas ameaçadas;

2 - Resgatar a participação da sociedade civil;

3 - Abrir inquéritos na Polícia Federal para investigar ações do crime organizado;

4 - Promover ações coordenadas entre os órgãos federais no Estado (como Polícia Federal, Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal, alfândega, Banco Central, Coaf - órgão do Ministério da Fazenda,

que investiga casos de lavagem de dinheiro -, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e Ministério Público Federal);

5 - Executar varreduras em telefones de ativistas e autoridades;

6 - Designar um grupo de elite do Ministério Público Federal para atuar no Estado, que será formado, em sua maior parte, por procuradores que atuaram na investigação do crime organizado no Acre.

APROVAÇÃO

Pinheiro destaca papel de FHC

Os próprios parlamentares, acompanhados de representantes de organizações não-governamentais (ONGs) entregaram as propostas de medidas ao secretário nacional de Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro, numa reunião nervosa ocorrida ontem pela manhã.

Após o encontro, o grupo se reuniu com o ministro da Justiça, Paulo Tarso Ribeiro, que anunciou um pequeno pacote de medidas para acabar com o crime organizado no Estado. Segundo ele, o pessoal da PF atuará em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal,

souro já recebeu ordens de repassar os recursos.

Na segunda-feira, o ministro receberá a lista de pessoas que cooperaram com as investigações e que serão incluídas no Programa de Proteção às Testemunhas. O representante do Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH), Romeu Klich, informa que consta da relação juizes, promotores e membros do Poder Legislativo e Executivo. Será feita varredura nos telefones das pessoas que receberam ameaças para descobrir de onde partiram as ligações.

APROVAÇÃO

Pinheiro destaca papel de FHC

O secretário de Estado de Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro, destacou ontem o papel decisivo do presidente Fernando Henrique Cardoso na aprovação das medidas anunciadas para combater o crime organizado no Espírito Santo, principalmente em relação à proteção de testemunhas que vem sendo ameaçadas. Segundo o secretário, a posição foi manifestada quinta-feira pelo presidente durante reunião no Palácio do Planalto com várias autoridades e entidades de proteção dos direitos humanos. "As testemunhas são consideradas federais e, diante disso, terão o direito à proteção", orientou Fernando Henrique aos participantes do encontro.



Medidas

Confira as medidas que foram definidas ontem pela comissão especial encarregada de estudar ações contra o crime organizado no Espírito Santo:

1 - Proteger autoridades e testemunhas ameaçadas;

2 - Resgatar a participação da sociedade civil;

3 - Abrir inquéritos na Polícia Federal para investigar ações do crime organizado;

4 - Promover ações coordenadas entre os órgãos federais no Estado (como Polícia Federal, Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal, alfândega, Banco Central, Coaf - órgão do Ministério da Fazenda,

que investiga casos de lavagem de dinheiro -, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e Ministério Público Federal);

5 - Executar varreduras em telefones de ativistas e autoridades;

6 - Designar um grupo de elite do Ministério Público Federal para atuar no Estado, que será formado, em sua maior parte, por procuradores que atuaram na investigação do crime organizado no Acre.



Custo

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara calcula que deverá ser gasto R\$ 1,5 milhão na operação.



Equipe

A missão especial será composta por cinco delegados da Polícia Federal (PF), dois peritos criminais e 50 agentes, para reforçar a ação da PF.



Prazo

O grupo vai atuar por 90 dias, prazo que poderá ser prorrogado.

A Gazeta Ed. de Arte

Paulo de Tarso nega 'intervenção branca'

Brasília - Denominada "missão especial" pelo ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ribeiro, a medida anunciada ontem para o Espírito Santo pode ser considerada um meio-termo entre a força-tarefa e a intervenção federal aprovada pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), mas arquivada pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro.

A missão não pode ser considerada força-tarefa como a designada para o Rio de Janeiro, devido à ausência de cooperação das polícias Civil e Militar, desacreditadas após sucessivas denúncias de envolvimento com a criminalidade. Também não chega a ser uma intervenção propriamente dita porque as autoridades

constituídas continuarão governando normalmente.

Origem

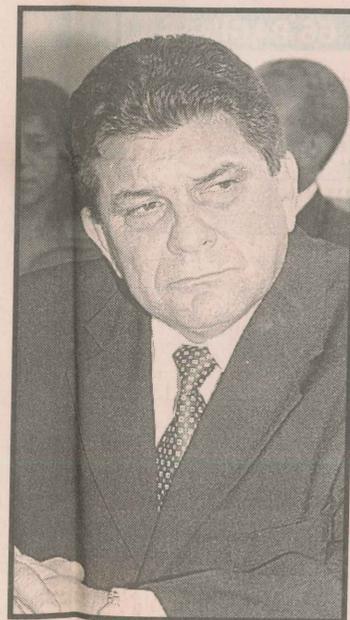
Partiu da seção capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), no dia 21 de maio, o pedido para que o CDDPH analisasse a intervenção. A morte do advogado Joaquim Marcelo Denadai, ocorrida no dia 15 de abril, e as suspeitas de envolvimento de autoridades com o crime organizado também contribuíram para a decisão do Ministério da Justiça.

O pedido de intervenção federal foi arquivado pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. O engavetamento levou o jurista Miguel Reale Júnior a deixar o cargo de ministro da Justiça, na quarta-feira.

Possa participou da definição de ações

Brasília - Um dos principais objetivos da missão para o Espírito Santo será acabar com as atividades da Scuderie Le Cocq no Espírito Santo. O ex-superintendente da Polícia Federal do Espírito Santo, Armando Possa, agora superintendente-geral da PF no país, participou da definição das ações na reunião com o ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ribeiro, ontem.

As investigações serão complementadas com uma devassa fiscal e financeira nas atividades dos chefes das principais quadrilhas em atuação no Espírito Santo. Com isso, os criminosos que escaparem das acusações de assassinatos por insuficiência de provas correm o risco de serem fígados pela Receita Federal e pelo Conselho de Atividades Financeiras.



ABr

Possa, que já chefiou a PF no ES, ajudou a definir medidas